
Comentários

Em 2004, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD foi implantada nas áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá, alcançando a cobertura completa do Território Nacional. Nesse ano, as pessoas residentes nessas áreas rurais, que anteriormente não eram abrangidas pela pesquisa, representavam 1,9% da população do País e 23,9% da Região Norte. Tendo em vista a influência dessa parcela nos resultados obtidos para 2004, as comparações temporais foram efetuadas considerando a cobertura geográfica do País que a PNAD alcançava até 2003. Ademais, quando tratavam de aspectos regionais, referiram-se à evolução das quatro Grandes Regiões em que a pesquisa cobria tanto as áreas urbanas como as rurais e que, portanto, os indicadores refletiam o seu total, não sendo afetados pela delimitação geográfica da investigação.

Os resultados ora publicados apresentam um panorama da situação do País, em 2004, em termos de seus aspectos socioeconômicos, e permitem, também, traçar a sua evolução no âmbito geográfico acompanhado continuamente.

Condições da habitação e posse de bens duráveis

Panorama em 2004

O atendimento das moradias por determinados serviços, a estrutura da habitação e a posse de alguns bens duráveis relevantes na atualidade são fatores que contribuem para as condições de saúde,

acesso à informação e conforto da população. Os indicadores referentes a essas características mostram as diferenças regionais existentes no País.

Em 2004, no total dos domicílios do País, 17,8% não eram atendidos por rede geral de água, 31,1% não dispunham de esgotamento sanitário adequado, 15,2% não contavam com coleta de lixo, 34,6% não tinham telefone e em 3,2% não havia iluminação elétrica.

O confronto regional mostrou que a Região Sudeste detinha os maiores percentuais de moradias que dispunham de iluminação elétrica, rede de abastecimento de água, rede coletora de esgoto, coleta de lixo e, também, em termos de esgotamento sanitário adequado (existente quando a instalação sanitária é ligada à rede coletora de esgoto ou à fossa séptica), enquanto a Região Sul superou as demais no que se refere à proporção de residências com telefone. A Região Norte apresentou os menores percentuais de habitações com iluminação elétrica (89,5%) e atendidas por rede geral de abastecimento de água (55,2%), sendo que este último resultado ficou bastante distanciado dos referentes às demais regiões. Ainda que a proporção de moradias atendidas por rede coletora de esgoto da Região Norte tenha sido, destacadamente, a menor (4,0%), em termos de esgotamento sanitário adequado alcançou 50,5%, superando os resultados das Regiões Nordeste (45,4%) e Centro-Oeste (41,5%). Os percentuais de residências em que havia telefone (41,3%) e atendidas por coleta de lixo (69,8%) da Região Nordeste foram inferiores aos das demais, ainda que, em relação a esta última característica, o resultado não tenha ficado distanciado daquele da Região Norte (70,9%).

No que concerne à estrutura dos domicílios, 2,7% das moradias do País eram rústicas, assim denominadas as habitações cujas paredes externas foram construídas com material classificado como não-durável, por não ser apropriado para edificação (madeira aproveitada de embalagens, taipa não-revestida, adobe, palha, etc.). Os resultados desse indicador referentes às Regiões Norte (6,8%) e Nordeste (6,2%) foram muito mais elevados do que os das demais, que ficaram em 1,8%, na Sul, 1,3%, na Centro-Oeste e 0,7%, na Sudeste.

No total das moradias do País, 87,4% tinham geladeira, 17,1% possuíam *freezer* e 34,5% contavam com máquina de lavar roupa. A televisão existia em 90,3% dos domicílios e o rádio, em 87,8%, enquanto o microcomputador estava disponível em 16,3% das residências.

A Região Sul deteve os maiores percentuais de domicílios com rádio, máquina de lavar roupa e *freezer* e a Região Sudeste as mais elevadas proporções de moradias com geladeira, televisão e microcomputador. Cabe destacar que o percentual de domicílios com *freezer* da Região Sul manteve-se bastante distanciado dos referentes às demais. Os resultados da Região Centro-Oeste vieram em seguida aos dessas duas. A Região Norte deteve os mais baixos percentuais de residência com rádio (73,0%) e televisão (79,3%) e a Região Nordeste os menores percentuais de residências com geladeira (70,7%), *freezer* (6,7%) e máquina de lavar roupa (10,2%). Com referência aos domicílios com microcomputador, as proporções de moradias com este bem foram praticamente iguais nas Regiões Norte (6,9%) e Nordeste (6,8%).

Evolução temporal

(indicadores de 2004 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

Considerando-se a mesma cobertura geográfica existente, anteriormente, na PNAD para se avaliar as mudanças ocorridas ao longo dos anos, verificou-se que os serviços de esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo, eletricidade e telefone continuaram ampliando a sua cobertura no País. Os resultados de 2004 em comparação com os do ano anterior mostraram que o percentual de aumento no número de domicílios com telefone foi substancialmente maior do que os referentes aos outros serviços, ainda que todos tenham apresentado crescimento.

O número de domicílios que dispunham de esgotamento sanitário adequado apresentou aumento de 3,5%, de 2003 para 2004. Essa elevação deveu-se, principalmente, ao incremento de 4,2% no número de habitações atendidas por rede coletora de esgoto, uma vez que o crescimento no número das dotadas de fossa séptica não foi expressivo (1,9%). A abrangência da rede coletora de esgoto aumentou continuamente em cinco anos, mas ainda permaneceu como o serviço que apresentava a menor cobertura entre os pesquisados. Em 2004, o percentual de moradias que dispunham de esgotamento sanitário adequado era de 69,6%, sendo que as atendidas por rede coletora de esgoto representavam 48,8%. Em 1999, esses percentuais estavam em 64,7% e 43,6%, respectivamente.

Quanto ao abastecimento de água, o crescimento, de 2003 para 2004, no número de moradias atendidas por rede geral foi de 3,4%. Em 1999, 20,2% das habitações não eram servidas por rede de abastecimento de água e, em 2004, este serviço não atendia a 16,8% das moradias.

De 2003 para 2004, o número de moradias que contavam com serviço de coleta de lixo aumentou em 2,7%. Em 1999, havia 20,0% das residências sem atendimento por serviço de coleta de lixo e, em cinco anos, esta parcela caiu para 14,2%.

O serviço que apresentava maior cobertura continuou sendo o de iluminação elétrica. De 2003 para 2004, a taxa de crescimento dos domicílios com iluminação elétrica apresentou crescimento de 2,9%. Em cinco anos, o percentual de habitações sem iluminação elétrica reduziu-se à metade, tendo passado de 5,2%, em 1999, para 2,6%, em 2004.

O aumento da oferta dos serviços de telefonia fez com que, em cinco anos, a proporção de domicílios com telefone passasse de 37,6% para 66,1%. Ainda que o incremento de 2003 para 2004 no número de domicílios com telefone tenha sido bastante elevado (9,2%), superando os dois anteriores, esta taxa de crescimento situou-se em nível inferior às de 1995/1996 até 1999/2001. A expansão de 2003 para 2004 resultou do aumento de 28,8% no número de domicílios em que havia linha móvel celular, uma vez que não houve crescimento no dos que possuíam linha fixa convencional. Em consequência, o percentual de moradias com linha fixa diminuiu de 50,8%, em 2003, para 49,6%, em 2004, mantendo o sentido de queda observado de 2002 para 2003.

De 2003 para 2004, o número de domicílios atendidos unicamente por linha móvel celular apresentou elevação de 51,4%, que foi muito superior aos fortes aumentos observados de 2001 para 2002 (15,6%) e de 2002 para 2003 (31,6%). Esses resultados podem ser um indicativo do uso desse tipo de linha, importante para a

comunicação fora da moradia, para suprir a falta da linha fixa ou como uma alternativa mais flexível de comunicação. Em 16,5% das moradias havia somente linha móvel celular em 2004 e, em 2001, quando começou a investigação em separado das linhas móvel e fixa, eram 7,8%. A expansão da linha móvel celular também foi expressiva nos domicílios em que existia a linha convencional fixa. Os dois tipos de linha eram encontrados em 23,2% das residências em 2001 e, em 2004, este percentual ascendeu a 31,8%.

Tabela 1 - Percentual de domicílios com telefone no total de domicílios particulares permanentes, por tipo de telefone - Brasil - 2001-2004

Ano	Percentual de domicílios com telefone no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Total	Celular		Fixo convencional		Celular e fixo convencional
		Total	Somente celular	Total	Somente fixo convencional	
2001	58,9	31,1	7,8	51,1	27,9	23,2
2002	61,7	34,7	8,8	52,9	27,0	25,9
2003	62,0	38,6	11,2	50,8	23,4	27,4
2004	66,1	48,3	16,5	49,6	17,8	31,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001-2004.

Nota: Exclusive os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Considerando as quatro Grandes Regiões em que os resultados refletiram a sua totalidade, foram observadas melhorias sensíveis na abrangência dos serviços de abastecimento de água, coleta de lixo, iluminação elétrica e telefonia, de 1999 para 2004.

Tabela 2 - Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões - 1999/2004

Ano	Percentual de domicílios dotados de algumas características no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Rede geral de abastecimento de água						
1999	79,8	71,6	66,8	88,9	80,7	73,7
2004	83,2	67,5	73,1	91,5	83,9	78,9
Esgotamento sanitário adequado (rede coletora ou fossa séptica)						
1999	64,7	55,1	36,5	84,2	69,1	41,2
2004	69,6	60,0	45,4	86,9	76,1	41,5
Lixo coletado						
1999	80,0	81,5	59,8	90,1	83,3	82,1
2004	85,8	89,1	69,8	94,2	87,4	86,8
Iluminação elétrica						
1999	94,8	97,8	85,9	98,6	98,0	94,9
2004	97,4	98,8	92,8	99,4	98,9	97,5
Telefone						
1999	37,6	33,7	21,0	45,3	42,1	41,8
2004	66,1	58,7	41,3	75,8	78,3	72,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2004.

(1) Exclusive os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

No que concerne à estrutura das habitações, constatou-se tendência de declínio na proporção de moradias rústicas. De 1999 para 2004, no total dos domicílios particulares permanentes, a proporção de habitações rústicas diminuiu de 3,6% para 2,5% e esta queda pode ser vista como um indicativo de melhoria na qualidade da estrutura das moradias.

O número de domicílios com *freezer* apresentou redução insignificante (0,5%) de 2003 para 2004, em decorrência, a proporção de moradias com este bem continuou mantendo trajetória descendente. Por outro lado, o número de habitações dotadas de geladeira continuou em sentido de crescimento, apresentando, de 2003 para 2004, taxa de expansão de 3,4%. Em cinco anos, o percentual de moradias com *freezer* decresceu de 19,6% para 17,2%, enquanto a proporção de habitações com geladeira subiu de 82,8% para 88,1%. Entretanto, a taxa de crescimento dos domicílios com geladeira de duas portas permaneceu mais alta do que a daqueles com geladeira de uma porta. De 2003 para 2004, a elevação no número de domicílios com geladeira de duas portas atingiu 9,4%, enquanto o aumento no número de moradias com geladeira de uma porta ficou em 2,2%. Esses resultados são indicativos da crescente opção das famílias por geladeira de duas portas. Cabe ainda mencionar que, no total de moradias com geladeira, a proporção daquelas que tinham o tipo de duas portas passou de 14,3%, em 1999, para 17,9%, em 2004.

Tabela 3 - Percentual de domicílios com geladeira ou *freezer* no total de domicílios particulares permanentes - Brasil - 1999/2004

Ano	Percentual de domicílios com geladeira ou <i>freezer</i> no total de domicílios particulares permanentes (%)			
	Com geladeira			Com <i>freezer</i>
	Total	2 portas	1 porta	
1999	82,8	11,8	71,0	19,6
2001	85,1	12,8	72,3	18,8
2002	86,7	13,6	73,1	18,5
2003	87,3	14,8	72,5	17,7
2004	88,1	15,8	72,3	17,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2004.

Nota: Excluídos os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O número de moradias com máquina de lavar cresceu 3,8%, de 2003 para 2004, sustentando a tendência ascendente da proporção de domicílios em que havia este bem. De 1999 para 2004, o percentual de domicílios com máquina de lavar roupa subiu de 32,8% para 34,9%.

Em 1999, devido ao crescimento no número de moradias com rádio ter sido menor do que o do total de moradias, o percentual de domicílios em que havia este bem já mostrava retração em relação ao do ano anterior, mas ainda superava o de domicílios com televisão, que mantinha trajetória ascendente. Em 2001, o percentual de moradias com televisão ultrapassou o de habitações com rádio. A partir desse ano,

a diferença entre o percentual de moradias com rádio e o das habitações dotadas de televisão foi aumentando gradualmente. De 2003 para 2004, a taxa de crescimento do número de domicílios com rádio (2,9%) superou a do total de domicílios (2,5%), mas foi nitidamente inferior à referente ao número de habitações em que havia televisão (3,5%). Em 2004, a proporção de domicílios com rádio ficou em 88,1%, mas, apesar de ter apresentado recuperação em relação à do ano anterior, ainda ficou abaixo daquela de 1999 (89,9%). Já o percentual de domicílios com televisão manteve-se continuamente em crescimento, tendo passado de 87,9%, em 1999, para 90,9%, em 2004.

Em 2001, ano em que se passou a pesquisar a existência de microcomputador nas residências, constatou-se que 12,6% dos domicílios tinham este equipamento. Verificou-se, também, que em 8,6% dos domicílios havia microcomputador ligado à Internet. De 2003 para 2004, a taxa de crescimento no número de moradias com microcomputador foi de 11,2% e, da mesma forma que as duas anteriores, foi muito superior às constatadas para os demais bens duráveis investigados. Também foi acentuada a elevação no número de domicílios com computador ligado à Internet (11,0%). Em 2004, a proporção de domicílios com computador alcançou 16,6% e daqueles ligados à Internet, 12,4%.

Nas Grandes Regiões completas, em 2004, tanto a proporção de domicílios com *freezer* como a de moradias com rádio ficaram abaixo das correspondentes em 1999.

Tabela 4 - Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes, por Grandes Regiões - 1999/2004

Ano	Percentual de domicílios dotados de alguns bens duráveis no total de domicílios particulares permanentes (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Geladeira						
1999	82,8	80,8	60,3	92,7	91,6	84,4
2004	88,1	85,7	70,7	95,6	95,0	90,4
Freezer						
1999	19,6	18,5	7,7	20,9	35,1	21,0
2004	17,2	14,2	6,7	17,3	33,9	18,8
Máquina de lavar roupa						
1999	32,8	22,2	9,0	43,8	46,2	25,8
2004	34,9	20,8	10,2	46,2	51,1	25,9
Rádio						
1999	89,9	78,5	83,4	93,8	94,5	85,6
2004	88,1	75,5	80,7	92,5	93,6	85,0
Televisão						
1999	87,8	88,2	75,6	93,9	91,2	86,7
2004	90,9	89,4	81,7	95,7	93,8	89,9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2004.

Nota: Excluídos os domicílios da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Composição e mobilidade populacional

Panorama em 2004

A transformação da estrutura etária do País de uma composição jovem para envelhecida, reflete os efeitos da redução da taxa de fecundidade, iniciada em meados da década de 1960, e da queda da mortalidade. Ademais, as estruturas etárias regionais retratam não só os efeitos diferenciados da redução da fecundidade e da mortalidade, como, também, de distintos fluxos migratórios.

Em 2004, a taxa de fecundidade do País estava em 2,1 nascimentos por mulher. A Região Norte apresentou o mais alto valor deste indicador (2,8), que ficou distanciado dos referentes às demais. A região que apresentou a mais baixa taxa de fecundidade foi a Sul (1,9), vindo logo em seguida, as da Sudeste (2,0) e Centro-Oeste (2,1). Na Região Nordeste esta taxa situou-se em 2,3.

As Regiões Sudeste e Sul apresentaram as estruturas etárias mais envelhecidas e a Norte, a mais jovem. A Nordeste, refletindo seu nível de fecundidade, inferior apenas ao da Região Norte, deteve a segunda maior participação de crianças de menos de 5 anos de idade e, devido ao seu histórico processo de emigração, apresentou a terceira maior participação de idosos de 60 anos ou mais de idade, mais próxima às das Regiões Sudeste e Sul.

No País, o número de idosos de 60 anos ou mais de idade superava o de crianças de menos de 5 anos de idade em 17,9%. Nas Regiões Sul e Sudeste esse percentual ficou em cerca de 47%. Nas demais regiões, o grupo etário desses idosos ainda era menor do que o dessas crianças. Entretanto, na Região Nordeste, esses dois contingentes já apresentavam números próximos (para cada 1 000 crianças de menos de 5 anos de idade havia 995 idosos de 60 anos ou mais de idade). Por outro lado, na Região Norte, o número de idosos era muito inferior ao das crianças do primeiro grupo quinquenal (para cada 1 000 crianças deste grupo havia 564 idosos).

A diferença entre as taxas de mortalidade por gênero evidencia-se no número maior de mulheres na composição da população.

No total da população do País, a parcela feminina superava a masculina em 5,3%, enquanto, dentre os idosos, este percentual atingia a 27,3%.

O pequeno diferencial entre os nascimentos de meninos e meninas se reflete na composição da população por gênero. Como o número de nascimentos de meninos é um pouco maior do que o de meninas, este fato se evidencia na composição da população por gênero nos primeiros grupos etários. Como consequência da taxa de mortalidade masculina ser maior do que a feminina, o diferencial decorrente do maior número de nascimentos de meninos vai-se diluindo com o aumento das idades até que o número de mulheres passe a ultrapassar o de homens e continue ampliando a diferença. No País, o número de homens superou o de mulheres até o grupo etário de 15 a 19 anos de idade. Como resultado da conjugação desses dois fatores (mortalidade e nascimento diferenciados por gênero), no total da população do País, a parcela feminina representava 51,3%, enquanto no contingente de 60 anos ou mais de idade alcançava 56,0%.

Apenas na Região Norte, o número de mulheres no total da população não foi maior do que o de homens, influenciado pela associação da sua estrutura etária mais jovem com a predominância masculina nas correntes migratórias recebidas. Nessa região, a proporção de mulheres na população ficou em 49,6%, mas no grupo de 60 anos ou mais idade situou-se em 51,5%, que foi mais baixo que os das demais regiões. O mais alto percentual de mulheres no grupo de idosos foi o da Região Sudeste (57,5%), vindo depois o da Sul (55,6%). Este indicador ficou em 54,9%, na Região Nordeste, e em 53,3%, na Centro-Oeste.

O número médio de pessoas por domicílio ficou em 3,5 no País. Os resultados das Regiões Norte (4,0) e Nordeste (3,9) foram os mais elevados e ficaram afastados dos referentes às demais (3,3 nas Regiões Sudeste e Sul e 3,4 na Centro-Oeste). O número médio de pessoas por domicílio foi menor nas residências em que a pessoa de referência era do sexo feminino.

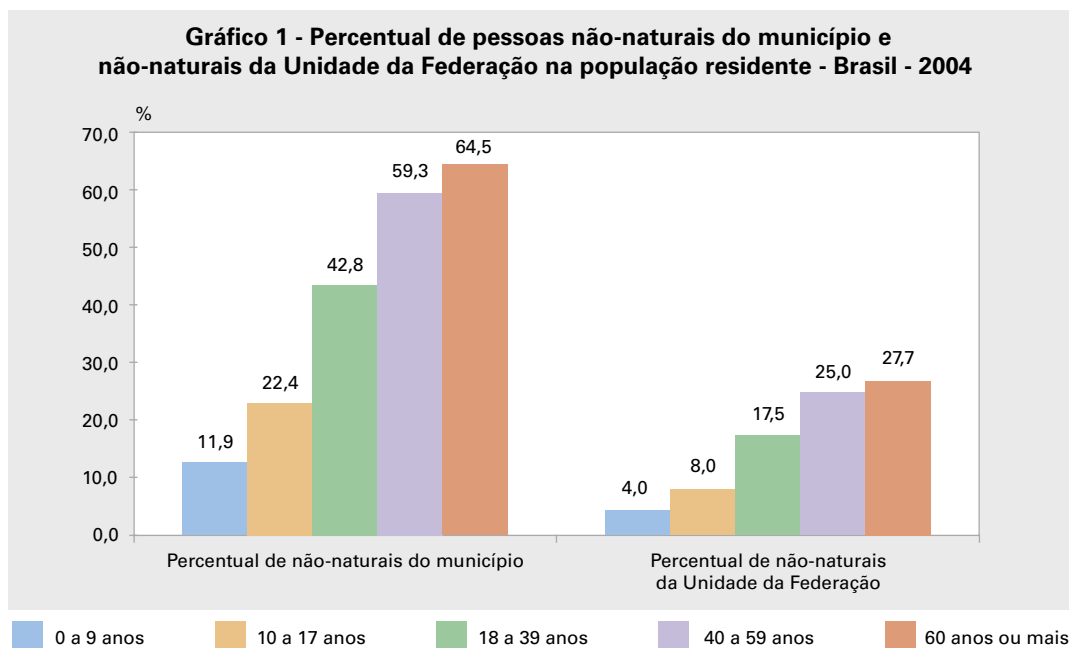
No total de domicílios, 10,5% tinham um único morador. Este indicador variou de 8,2%, na Região Norte, a 11,3%, nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste.

As pessoas brancas representavam 51,4% da população do País e as pardas, 42,1%. Em termos regionais, a composição por cor ou raça é bastante diferenciada, refletindo a origem das várias correntes migratórias que se distribuíram de formas diversas no Território Nacional. As pessoas brancas constituíam 61,2% da população da Região Sudeste, sendo esta proporção inferior, apenas, à da Região Sul (82,8%). As pessoas de cor parda predominavam nas Regiões Norte (71,4%), Nordeste (63,6%) e Centro-Oeste (51,2%).

Como resultado dos movimentos migratórios, as pessoas não-naturais do município de residência representavam 39,8% da população do País e as não-naturais da Unidade da Federação de moradia, 16,2%. Em termos regionais, a composição da Região Nordeste mostrou os efeitos das saídas históricas de sua população em busca de condições de vida melhores em outras áreas do País, e as das Regiões Centro-Oeste e Norte, os reflexos das correntes migratórias que receberam nas últimas décadas. A proporção de pessoas não-naturais da Unidade da Federação de residência ficou em apenas 7,6%, na Região Nordeste, situou-se em 23,2% na Norte e atingiu 36,3% na Centro-Oeste.

Os migrantes apresentam estrutura etária mais envelhecida em decorrência de as levadas migratórias apresentarem maior concentração em pessoas adultas que se deslocam, principalmente, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Com o aumento da faixa de idade, verificou-se progressivo crescimento na proporção de migrantes (Gráfico 1).

As pessoas de 18 a 59 anos de idade constituíam 54,5%, na população de naturais da Unidade da Federação e 71,5%, na de não-naturais. Em decorrência de sua mais elevada proporção de adultos jovens e de meia-idade, o nível da ocupação (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) do contingente de migrantes superava o dos não-migrantes. O nível da ocupação situou-se em 55,8% para as pessoas naturais da Unidade da Federação de residência e alcançou 59,6% para as não-naturais.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A seguir, para acompanhar a evolução dos indicadores, os resultados de 2004 foram construídos considerando a cobertura geográfica abrangida pela pesquisa até 2003.

A transformação da estrutura etária do País de uma composição jovem para envelhecida, reflete os efeitos da redução da taxa de fecundidade, iniciada em meados da década de 1960, e da queda da mortalidade. O efeito da evolução descendente da taxa de fecundidade pode ser constatado no estreitamento da base da estrutura etária. Em meados da década de 1980, o grupo de 0 a 4 anos de idade deixou de ser o maior e, em 1992, o grupo de 10 a 14 anos de idade superou as duas faixas quinquenais anteriores. Com o prosseguimento desse processo, em 1998, o grupo etário de 15 a 19 anos já se igualava ao anterior e, em 2001, suplantou nitidamente os três primeiros, mas a sua proporção na população já começava a diminuir. Em 2004, o grupo de 15 a 19 anos de idade ainda era o maior, mas o seu percentual na população continuou em queda, já se situando próximo ao do grupo etário de 20 a 24 anos. Esses cinco primeiros grupos etários representavam 58,2% da população, em 1981, e como resultado da redução progressiva no número médio de filhos tidos por mulher, abrangiam, 52,4%, em 1993, representavam 49,0%, em 1999, e cinco anos depois, 46,0%. No outro extremo da estrutura etária, o grupo de idosos de 60 anos ou mais de idade continuou aumentando, gradativamente, a sua participação na população.

O percentual desses idosos na população era de 6,4%, em 1981, subiu para 8,0%, em 1993, foi para 9,0%, em 1999 e, cinco anos depois, alcançou 9,8%.

Tabela 5 - Percentual de pessoas de menos de 25 anos de idade na população residente, segundo os grupos de idade - Brasil - 1981/2004

Grupos de idade	Percentual de pessoas de menos de 25 anos de idade na população residente (%)					
	1981	1986	1992	1998	2001	2004
Total	58,2	56,1	52,8	49,5	48,1	46,0
0 a 4 anos	13,4	12,4	10,6	9,5	9,2	8,1
5 a 9 anos	12,4	12,5	11,5	9,8	9,5	9,4
10 a 14 anos	11,9	11,4	11,7	10,7	9,8	9,3
15 a 19 anos	11,4	10,3	10,1	10,7	10,3	9,7
20 a 24 anos	9,1	9,5	8,9	8,8	9,3	9,4

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1981/2004.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A evolução do processo de envelhecimento da população também pode ser acompanhada por meio do indicador que relaciona o número de pessoas de 60 anos ou mais de idade para 100 crianças de menos de 5 anos de idade. Esse indicador estava em 48,3, em 1981, passou para 76,5, em 1993, atingiu 97,8, em 1999, e alcançou 120,1, em 2004. Em 2002, o número de idosos de 60 anos ou mais de idade já havia suplantado o de crianças de menos de 5 anos de idade.

O efeito da mortalidade diferenciada por gênero se torna mais evidente entre os idosos. Nesse contingente, o excedente feminino vem aumentando lentamente. Em 1999, o percentual de mulheres na população de pessoas de 60 anos ou mais de idade estava em 55,3% e, cinco anos depois, situava-se em 56,1%. Em 1981, esse indicador estava em 52,6%.

O número médio de pessoas por domicílio estava em 4,0, em 1993, e passou de 3,7 para 3,5, de 1999 para 2004. Um dos fatores determinantes da tendência de queda desse indicador foi a progressiva diminuição no número médio de filhos por mulher.

A parcela dos domicílios com um único morador também apresentou tendência ascendente. Em cinco anos, o percentual de domicílios com um único morador aumentou de 8,9% para 10,5%.

Situação educacional

Panorama em 2004

O confronto dos resultados regionais mostrou as sensíveis diferenças regionais existentes na situação educacional do País.

No País, 8,9% do contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade não estavam freqüentando escola em 2004. Esse indicador variou de 6,7%, na Região Sudeste, a 12,9%, na Norte.

No grupo de 7 a 14 anos de idade, que corresponde às idades em que as crianças deveriam estar cursando o ensino fundamental, a parcela que não estava na escola era de 2,9%. O menor resultado desse indicador foi o da Região Sudeste (1,9%), vindo em seguida o da Região Sul (2,2%). No outro extremo, a Região Norte tinha fora da escola 5,1% do grupo etário de 7 a 14 anos e a Região Nordeste, 3,9%. Esse indicador da Região Centro-Oeste situou-se em 2,8%.

As crianças que não freqüentavam escola representavam 18,9% no grupo etário de 5 e 6 anos. Os resultados desse indicador para as Regiões Sudeste (13,9%) e Nordeste (15,9%) ficaram substancialmente abaixo dos referentes às demais (25,8%, na Centro-Oeste, 27,3%, na Sul, e 31,0%, na Norte) .

No grupo de 15 a 17 anos de idade, 18,1% não freqüentavam escola. Os percentuais mais baixos foram os das Regiões Sudeste (14,6%) e Sul (18,3%) ficando os das demais em patamar próximo (20,1%, na Centro-Oeste, 21,1%, na Nordeste, e 21,4% na Norte).

Os níveis de escolarização apresentavam sensível diferença por gênero. No grupo de 5 a 17 anos de idade, o percentual de pessoas que não freqüentavam escola foi de 9,5% para os homens e 8,4% para as mulheres. Nos três grupos etários (5 e 6 anos, 7 a 14 anos e 15 a 17 anos), a taxa de escolarização feminina suplantou a masculina. Em termos regionais, somente no grupo de 7 a 14 anos de idade das Regiões Sudeste e Sul as taxas de escolarização dos dois gêneros ficaram no mesmo nível.

A rede pública de ensino atendia à grande maioria dos estudantes de 5 anos ou mais de idade (80,9%), entretanto, a cobertura era nitidamente diferenciada em função do nível de ensino. Freqüentavam escola pública 26,1% dos estudantes do ensino superior, 85,0% do médio, 89,0% do fundamental e 75,7% do pré-escolar.

Em termos regionais, as maiores diferenças na proporção de estudantes em escola da rede pública ocorreram no ensino superior. Enquanto na Região Sudeste 18,6% dos estudantes do ensino superior freqüentavam escola pública, na Norte eram 46,0%. A Região Norte ainda apresentou a mais alta proporção desse indicador nos ensinos médio (90,8%) e fundamental (92,9%), enquanto a Região Sul deteve o maior percentual de estudantes em escola da rede pública no ensino pré-escolar (79,8%).

No contingente de crianças e adolescentes, verificou-se que o percentual de estudantes que freqüentavam escola da rede pública no grupo etário de 5 e 6 anos (76,7%) foi substancialmente menor que nos de 7 a 14 anos (87,0%) e 15 a 17 anos (86,5%), refletindo a cobertura dos níveis de ensino em que a maioria dos componentes de cada um destes grupos etários se inseria.

A evolução da escolarização reflete-se no nível da taxa de analfabetismo da população.

No País, a taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade situou-se em 10,5% e a das pessoas de 15 anos ou mais de idade, em 11,4%. Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, em que se espera que a criança esteja pelo menos alfabetizada, a taxa de analfabetismo ficou em 3,8%. Esses dois indicadores apresentaram diferenças regionais acentuadas. As taxas de analfabetismo do contingente

de 10 a 14 anos de idade das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste ficaram abaixo de 1,5%, enquanto as das Regiões Norte e Nordeste alcançaram, respectivamente, 5,9% e 8,0%. No contingente de 10 anos ou mais de idade, as diferenças regionais foram mais acentuadas, refletindo a evolução diferenciada dos níveis de escolarização regionais. Esse indicador variou de 5,7%, na Região Sul, a 20,6%, na Região Nordeste.

Em decorrência das diferenças nos níveis de escolarização dos dois gêneros, ainda havia nítido distanciamento entre as taxas de analfabetismo dos meninos e das meninas de 10 a 14 anos de idade. No País, essa taxa foi de 5,2%, para os meninos e 2,4%, para as meninas. No contingente de 10 anos ou mais de idade, as taxas de analfabetismo masculina e feminina estavam mais próximas em decorrência de, nas idades mais avançadas, o analfabetismo feminino superar o masculino. Esse indicador foi de 10,8% para os homens e 10,2% para as mulheres. Nas Regiões Sudeste e Sul, a influência do analfabetismo das mulheres mais idosas fez com que as taxas de analfabetismo feminino nas faixas etárias de 10 anos ou mais e de 15 anos ou mais de idade ainda suplantassem as masculinas.

Na população de 10 anos ou mais de idade, a proporção dos que alcançaram pelo menos 11 anos de estudo (ou seja, que concluíram pelo menos o ensino médio ou equivalente) ficou em 26,0%. Refletindo a maior escolarização das mulheres, esse indicador correspondente ao contingente feminino foi de 27,7%, situando-se 3,6 pontos percentuais acima do referente à população masculina. Ademais, a disparidade entre o nível de instrução dos dois gêneros mostrou-se mais acentuada na população ocupada. No grupamento das mulheres ocupadas, 40,0% tinham 11 anos ou mais de estudo, ficando 10,8 pontos percentuais acima do indicador referente aos homens. Na população masculina, a diferença, em pontos percentuais, entre esse indicador do total da população de 10 anos ou mais de idade e o da população ocupada foi de 5,1 enquanto na feminina alcançou 12,3. Essa diferença acentuada entre os resultados dos dois indicadores da população feminina é um indicativo de que o interesse feminino em ingressar no mercado de trabalho aumenta com a elevação no nível de instrução.

Outro indicador que possibilita mensurar o nível de instrução da população é o número médio de anos de estudo. Esse indicador referente ao total da população de 10 anos ou mais de idade (6,6 anos) foi menor que o da parcela das pessoas ocupadas (7,3 anos). Para a população 25 de anos ou mais de idade (ou seja, aquela que seguindo o curso normal da escolarização já teria idade mais que suficiente para ter concluído o nível superior), o número médio de anos de estudo foi de 6,4 anos e para as pessoas ocupadas deste grupo etário, 7,1 anos. Comparando-se os resultados desse indicador por grupos de idade, verificou-se que o seu máximo encontrava-se no grupo de 20 a 24 anos de idade, tanto para o total como para os ocupados.

Tanto no total da população de 10 anos ou mais de idade como na população ocupada, o nível de instrução das mulheres, medido em número médio de anos de estudo, foi mais alto que o dos homens. Entretanto, a comparação por faixa etária permitiu ainda perceber que, nas idades mais elevadas, o nível de instrução dos homens era maior que o das mulheres, refletindo ainda os efeitos de uma época em que a educação feminina era menos valorizada.

O nível de instrução da Região Nordeste situou-se em patamar mais baixo que o das demais, sendo o da Região Sudeste o mais elevado. O número médio de anos de estudo da população de 10 anos ou mais de idade foi de 5,3 anos, na Região Nordeste, e de 7,3 anos, na Sudeste. Também na parcela da população ocupada, o nível de instrução da Região Sudeste (8,2 anos) manteve-se na liderança e o da Nordeste foi o menor (5,6 anos).

Evolução temporal

(indicadores de 2004 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A evolução dos indicadores, considerando os resultados de 2004 com a mesma cobertura geográfica abrangida anteriormente pela PNAD, mostrou o avanço na situação educacional do País.

Em cinco anos, houve melhoria acentuada no nível de escolarização das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade. Considerando as faixas de idade em que as crianças e adolescentes deveriam estar cursando o ensino pré-escolar, o fundamental e o médio, verificou-se que, de 1999 para 2004, a parcela que não freqüentava escola diminuiu de 29,0% para 18,2%, no grupo de 5 e 6 anos de idade, de 4,3% para 2,8%, no de 7 a 14 anos de idade, e de 21,5% para 17,8%, no de 15 a 17 anos de idade.

Em cinco anos, a inserção das crianças e adolescentes na população estudantil aumentou em todas as regiões.

Tabela 6 - Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões e grupos de idade - 1999/2004

Ano	Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
1999	12,0	11,7	12,5	10,7	14,1	13,0
2004	8,7	10,9	9,9	6,7	9,5	10,3
5 ou 6 anos						
1999	29,0	27,8	23,0	28,9	39,2	33,9
2004	18,2	25,8	15,9	13,9	27,3	25,8
7 a 14 anos						
1999	4,3	4,5	5,9	3,3	3,5	4,0
2004	2,8	4,2	3,9	1,9	2,2	2,8
15 a 17 anos						
1999	21,5	19,6	23,3	19,0	24,8	22,2
2004	17,8	18,2	21,1	14,6	18,3	20,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2004.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O aumento da inserção das crianças e adolescentes na população estudantil ocorreu tanto na população masculina como na feminina, embora as taxas de escolarização das mulheres tenham continuado a superar a dos homens.

Tabela 7 - Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 1999/2004

Grupos de idade	Percentual de pessoas que não freqüentavam escola na população de 5 a 17 anos de idade (%)			
	1999		2004	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
5 ou 6 anos	29,3	28,8	19,6	16,7
7 a 14 anos	4,7	3,9	3,1	2,6
15 a 17 anos	21,6	21,4	18,4	17,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2004.

Nota: Exclusiva as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O aumento da inserção das crianças e adolescentes vem contribuindo para a redução do analfabetismo e elevação do nível de instrução da população.

A taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade caiu de 12,3%, em 1999, para 10,4%, em 2004. Na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, em que se espera que a criança esteja pelo menos alfabetizada, a taxa de analfabetismo baixou de 5,5%, em 1999, para 3,6%, em 2004. No Nordeste, esse indicador estava em 12,8%, em 1999, e decresceu para 8,0%, em 2004. Apesar desse avanço, esse último resultado ainda ficou muito distanciado do patamar alcançado nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Tabela 8 - Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e de 10 a 14 anos de idade e 15 anos ou mais de idade, por Grandes Regiões - 1999/2004

Ano	Taxa de analfabetismo das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Brasil (1)	Grandes Regiões				
		Norte urbana	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total						
1999	12,3	10,4	24,4	7,0	7,0	9,7
2004	10,4	8,9	20,6	6,1	5,7	8,3
10 a 14 anos de idade						
1999	5,5	4,6	12,8	1,4	1,3	2,8
2004	3,6	3,9	8,0	1,4	1,1	1,4
15 anos ou mais de idade						
1999	13,3	11,5	26,6	7,8	7,7	10,8
2004	11,2	9,7	22,4	6,6	6,3	9,2

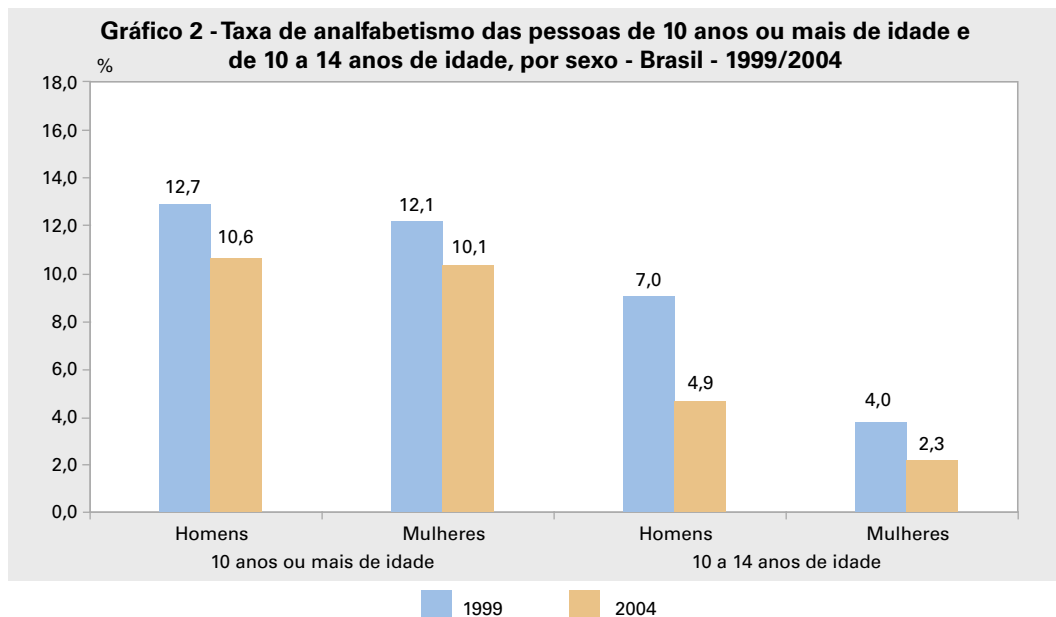
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2004.

Nota: Exclusiva as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Em decorrência das diferenças nos níveis de escolarização dos dois gêneros, ainda havia, em 2004, nítido distanciamento entre as taxas de analfabetismo dos meninos e das meninas de 10 a 14 anos de idade, ainda que ambas tenham apresentado

tendência de declínio ao longo dos anos. No contingente de 10 anos ou mais de idade, as taxas de analfabetismo masculina e feminina estavam próximas em decorrência de, nas idades mais avançadas, o analfabetismo feminino ser maior que o masculino.

De 1999 para 2004, no grupo de 10 a 14 anos de idade, a taxa de analfabetismo masculina declinou de 7,0% para 4,9% e a feminina, de 4,0% para 2,3%.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2004.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A contínua elevação do nível de instrução da população pode ser acompanhada pela evolução da proporção de pessoas com 10 anos ou mais de idade com 11 anos ou mais de estudo, ou seja, que concluíram pelo menos o ensino médio ou grau equivalente. Esse indicador passou de 19,0%, em 1999, para 26,3%, em 2004. Na parcela da população ocupada, o nível de instrução permaneceu mais alto, tendo o contingente que concluiu o ensino médio ou equivalente crescido de 24,9%, em 1999, para 34,3%, em 2004.

Ainda que os resultados desse indicador tenham apresentado crescimento tanto para a população masculina como para a feminina, perduraram as diferenças, refletindo a maior escolarização das mulheres.

Tabela 9 - Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por sexo - Brasil - 1999/2004

Ano	Percentual de pessoas com 11 anos ou mais de estudo na população de 10 anos ou mais de idade (%)					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
1999	19,0	17,6	20,4	24,9	21,2	30,5
2004	26,3	24,5	28,0	34,3	29,8	40,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2004.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Outro indicador que também mostra o crescimento no nível de instrução da população é o número médio de anos de estudo. No grupo etário de 20 a 24 anos, em que se verifica o máximo deste indicador, o número médio de anos de estudo passou de 7,5 anos para 8,8 anos, de 1999 para 2004.

Tabela 10 - Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade, total e ocupadas na semana de referência, por grupos de idade - Brasil - 1999/2004

Ano	Número médio de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais de idade					
	Total	Homens	Mulheres	Ocupadas na semana de referência		
				Total	Homens	Mulheres
Total						
1999	5,8	5,7	5,9	6,3	6,0	6,9
2004	6,6	6,5	6,8	7,3	6,9	7,9
20 a 24 anos						
1999	7,5	7,1	7,9	7,5	6,9	8,4
2004	8,8	8,4	9,2	8,9	8,3	9,7
25 anos ou mais						
1999	5,8	5,7	5,8	6,3	6,0	6,7
2004	6,5	6,4	6,6	7,1	6,7	7,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2004.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Situação do mercado de trabalho

Panorama em 2004

No País, o nível da ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade (percentual de pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade) foi de 56,5% em 2004, sendo de 68,2% na população masculina e de 45,6% na feminina.

Considerando os grupos de idade, verificou-se que o nível da ocupação foi de 10,1% na faixa etária de 10 a 14 anos, cresceu com o aumento da idade até alcançar o máximo (77,9%) na de 30 a 39 anos, e decresceu nas seguintes, ficando em 29,9%

Tabela 11 - Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo os grupos de idade - Brasil - 2004

Grupos de idade	Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)		
	Total	Homens	Mulheres
Total (1)	56,5	68,2	45,6
10 a 14 anos	10,1	13,5	6,5
15 a 17 anos	31,1	39,5	22,4
18 a 19 anos	52,1	63,5	40,5
20 a 24 anos	65,9	78,1	54,1
25 a 29 anos	74,3	88,2	61,2
30 a 39 anos	77,9	91,1	65,7
40 a 49 anos	76,2	89,5	64,0
50 a 59 anos	63,8	79,3	50,1
60 anos ou mais	29,9	43,9	18,8

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com a idade ignorada.

na de 60 anos ou mais. Em todos os grupos de idade, os níveis referentes ao gênero masculino mantiveram-se em patamar mais elevado que os do feminino.

Em termos regionais, o nível da ocupação da Região Sul (62,8%) suplantou os das demais, sendo o da Sudeste (54,5%) o menor.

Considerando as atividades econômicas agrupadas em cinco segmentos, no País, 40,5% das pessoas ocupadas concentravam-se no formado pelo conjunto das atividades dos serviços, 21,0% no agrícola, 17,3% no comércio e reparação, 14,7% na indústria e 7,3% na construção.

A estrutura da atividade econômica é bastante distinta regionalmente, o que se reflete na composição da população ocupada. Enquanto nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste o segmento formado pelas atividades dos serviços absorvia, respectivamente, 46,8% e 45,6% da população ocupada, nas demais regiões este percentual variou 33,3% a 36,0%. No segmento da indústria também foram constatados dois níveis, ficando as participações das Regiões Sudeste (17,7%) e Sul (18,5%) no mais elevado e os das demais concentrados de 9,4% a 11,4%. Já os percentuais de pessoas ocupadas no segmento agrícola ficaram nitidamente afastados entre si (variando de 36,2%, na Região Nordeste, a 10,0%, na Sudeste). Nos segmentos da construção e do comércio e reparação, os percentuais das regiões ficaram menos afastados. No da construção, situaram-se no intervalo de 5,3% a 7,0% e no do comércio e reparação, de 15,5% a 19,0%.

Tabela 12 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por Grandes Regiões, segundo os segmentos de atividade do trabalho principal - 2004

Segmentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total (1)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agrícola	21,0	28,6	36,2	10,0	22,6	17,3
Indústria	14,7	11,4	9,4	17,7	18,5	10,7
Construção	6,3	6,5	5,3	7,0	5,8	7,3
Comércio e reparação	17,3	17,4	15,5	18,3	17,0	19,0
Serviços	40,5	35,5	33,3	46,8	36,0	45,6

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.

As populações ocupadas masculina e feminina se distribuem de forma bastante distinta nos segmentos da atividade econômica. Perto de dois terços das mulheres ocupadas estavam concentradas em quatro grupamentos de atividade (serviços domésticos; educação, saúde e serviços sociais; agrícola; e comércio e reparação), sendo que o maior absorvia 17,1% e o menor, 15,9%. Já na distribuição da população masculina, os quatro maiores grupamentos (agrícola; comércio e reparação; indústria; e construção) reuniam quase 70% dos homens, mas o maior detinha 24,5% e o menor, 10,6%.

Na composição de cada grupamento de atividade por gênero, verificou-se percentual muito reduzido de mulheres no contingente ocupado na construção (2,5%), enquanto na população ocupada nos serviços domésticos a parcela feminina representava 93,3%. O número de mulheres também suplantava os dos homens nos grupamentos da educação, saúde e serviços sociais (77,4%) e nos dos outros serviços coletivos pessoais e sociais (58,6%). No grupamento do alojamento e alimento, a parcela feminina era quase igual à masculina.

Tabela 13 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, e percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2004

Grupamentos de atividade do trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)			Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência
	Total	Homens	Mulheres	
Total (1)	100,0	100,0	100,0	41,8
Agrícola	21,0	24,5	16,0	32,0
Indústria	14,7	16,2	12,5	35,7
Indústria de transformação	13,9	15,0	12,3	37,1
Construção	6,3	10,6	0,4	2,5
Comércio e reparação	17,3	18,4	15,9	38,3
Alojamento e alimentação	3,6	3,1	4,3	49,8
Transporte, armazenagem e comunicação	4,6	7,0	1,3	12,0
Administração pública	5,0	5,4	4,4	37,3
Educação, saúde e serviços sociais	8,8	3,4	16,2	77,4
Serviços domésticos	7,7	0,9	17,1	93,3
Outros serviços coletivos, sociais, pessoais	4,1	2,9	5,8	58,6
Outras atividades	6,8	7,3	6,0	37,2

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas com atividade maldefinida ou não-declarada.

Os empregados e trabalhadores domésticos, em conjunto, representavam 62,9% da população ocupada, sendo que os empregados, isoladamente, constituíam mais da metade (55,2%). A segunda maior parcela da população ocupada era formada pelos trabalhadores por conta própria (22,0%). As categorias dos trabalhadores sem contrapartida de remuneração (trabalhadores não-remunerados, na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso) abrangiam 11,1% da população ocupada e os empregadores, 4,1%.

A distribuição por posição na ocupação em atividade agrícola é bastante distinta da referente à atividade não-agrícola. Em atividade agrícola, as participações dos empregados, trabalhadores por conta própria, não-remunerados e na produção para o próprio consumo variaram de 19,1%, nesta última categoria, a 27,6%, na primeira. Já em atividade não-agrícola, os empregados e trabalhadores domésticos abrangiam 72,2% e os trabalhadores por conta própria, 20,8%.

As diferenças nas estruturas produtivas regionais também apresentam reflexos evidentes nas formas de inserção no mercado de trabalho por posição na ocupação e categoria do emprego.

A participação dos empregados na população ocupada da Região Sudeste (63,4%) foi a maior e a da Nordeste (44,3%), a menor. Já a participação dos trabalhadores por conta própria foi mais elevada na Região Nordeste (27,4%) e mais baixa na Sudeste (18,6%).

No contingente dos empregados, a parcela do emprego registrado representava cerca de dois terços, dos quais 55,0% eram de pessoas com carteira de trabalho assinada e 11,9%, militares e funcionários públicos estatutários. Na população dos trabalhadores domésticos, 25,8% usufruíam os direitos assegurados pela carteira de trabalho assinada.

Regionalmente, a composição dos empregados mostrou diferenças sensíveis. A Região Nordeste deteve a maior participação do emprego sem registro, seguida da Norte, enquanto a Sul destacou-se com a mais baixa.

Também existem diferenças marcantes entre as composições das posições na ocupação e categorias do emprego por gênero. Na população ocupada masculina, a categoria dos empregados representava 60,1% e, na feminina, 48,4%. A segunda maior categoria no contingente masculino era a dos trabalhadores por conta própria (26,0%), que na feminina representava 16,3%. Essa categoria, na parcela das mulheres, era suplantada pela dos trabalhadores domésticos (17,1%), que abrangia 0,9% na dos

Tabela 14 - Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por sexo, e percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência, segundo a posição na ocupação e a categoria do emprego no trabalho principal - Brasil - 2004

Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal	Distribuição das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (%)			Percentual de mulheres na população de 10 anos ou mais de idade, ocupada na semana de referência
	Total	Homens	Mulheres	
Total (1)	100,0	100,0	100,0	41,8
Empregado (2)	55,2	60,1	48,4	36,7
Com carteira de trabalho assinada	30,4	33,7	25,7	35,3
Militar e estatutário	6,6	5,0	8,8	56,0
Outro sem carteira de trabalho assinada	18,2	21,3	13,9	31,9
Trabalhador doméstico (2)	7,7	0,9	17,1	93,3
Com carteira de trabalho assinada	2,0	0,4	4,2	89,6
Sem carteira de trabalho assinada	5,7	0,5	12,8	94,6
Conta-própria	22,0	26,0	16,3	31,0
Empregador	4,1	5,2	2,5	25,8
Não-remunerado	7,0	5,4	9,1	54,6
Trabalhador na produção para o próprio consumo	4,0	2,2	6,5	68,2
Trabalhador na construção para o próprio uso	0,1	0,2	0,0	13,3

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

(1) Inclusive as pessoas sem declaração de posição na ocupação. (2) Inclusive as pessoas sem declaração de categoria do emprego.

homens. As categorias de trabalhadores sem contrapartida de remuneração (trabalhadores não-remunerados, na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso) compreendiam 7,8% no contingente masculino e o dobro no feminino (15,6%). O número de mulheres superou o dos homens nos contingentes dos trabalhadores não-remunerados e na produção para o próprio consumo e, especialmente, no dos trabalhadores domésticos. No grupo dos empregados, a parcela feminina foi maior na categoria dos militares e funcionários públicos estatutários.

Em termos de horas, trabalhadas também existem diferenças marcantes entre os contingentes masculino e feminino. Enquanto 42,4% das mulheres trabalhavam habitualmente menos de 40 horas semanais em todos os trabalhos, este percentual era de 18,4% na parcela masculina.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

Considerando os resultados de 2004 restritos à cobertura geográfica abrangida anteriormente pela pesquisa para análise da evolução temporal dos indicadores, verificou-se que a população ocupada aumentou 3,3% de 2003 para 2004, sendo este incremento mais do dobro do ocorrido de 2002 para 2003 (1,5%). Esse crescimento foi inferior somente ao de 2001 para 2002 (3,8%), que foi o mais alto incremento anual desde o princípio da década de 1990. Em números absolutos, a expansão na população ocupada foi de 2,7 milhões de pessoas, de 2003 para 2004, e de 1,2 milhão, de 2002 para 2003. Em decorrência desse crescimento expressivo, o nível da ocupação apresentou elevação em relação ao do ano anterior.

O acompanhamento da evolução do nível da ocupação a partir do início da década passada mostrou que este indicador apresentou sensível redução de patamar em 1996. Com a recuperação observada em 2004, o nível da ocupação desse ano superou todos os ocorridos de 1996 a 2003, mas ainda foi insuficiente para atingir o patamar existente na primeira metade da década de 1990.

A evolução do nível da ocupação da população masculina apresenta diferenças sensíveis em relação à da feminina. O acompanhamento a partir da década de 1990 mostrou que o nível da ocupação da população masculina manteve tendência de queda até 2003, com nítida retração em 1996. Esse indicador atingiu seu mínimo em 2003 (67,2%) e o de 2004, embora tenha apresentado crescimento, igualando-se ao de 1999, ainda ficou abaixo dos ocorridos até 1998. No contingente feminino, o nível da ocupação apresentou expressivo crescimento, o que elevou o resultado de 2004 nitidamente acima de todos os ocorridos desde 1992. Em 2004, o nível da ocupação das mulheres alcançou 45,5% e o segundo maior foi 44,6%, ocorrido em 1995. De 2003 para 2004, a contribuição feminina (1 511 mil mulheres) para o aumento no número de pessoas ocupadas foi superior à da masculina (1 143 mil homens). Todos esses resultados são indicativos do forte impulso de ingresso feminino no mercado de trabalho, que já se mostrava acentuado na década de 1980.

Tabela 15 - Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade, segundo o sexo - Brasil - 1992/2004

Sexo	Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 10 anos ou mais de idade (%)										
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004
Total	57,5	57,3	57,6	55,1	55,4	54,8	55,1	54,8	55,7	55,4	56,3
Homens	72,4	71,9	71,3	69,0	69,2	68,3	67,9	67,4	67,8	67,2	67,9
Mulheres	43,4	43,5	44,6	41,9	42,5	42,0	43,0	43,1	44,4	44,4	45,5

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1999/2004.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A taxa de desocupação passou de 9,7%, em 2003, para 9,0%, em 2004. Este mesmo movimento de queda foi observado nos indicadores dos dois gêneros, sendo que a da população feminina permaneceu mais elevada que a da masculina, o que é mais um indicativo da forte pressão das mulheres para ingressar no mercado de trabalho.

Considerando as categorias de posição na ocupação, de 2003 para 2004, observou-se queda em todas aquelas de pessoas ocupadas sem contrapartida de remuneração monetária (trabalhadores não-remunerados, na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso). Houve crescimento significativo dos empregados (6,1%) e trabalhadores domésticos (4,2%), enquanto a variação no número de trabalhadores por conta própria foi insignificante (0,6%). Todas as três categorias do emprego contribuíram para o crescimento no número dos empregados (os com carteira de trabalho assinada aumentaram 6,6%, os militares e funcionários públicos estatutários, 4,4%, e os outros sem carteira de trabalho assinada, 6,0%), entretanto, o incremento no contingente dos trabalhadores domésticos decorreu da expansão da parcela do emprego não-registrado, uma vez que o registrado teve redução, ainda que inexpressiva.

De 2003 para 2004, o número de pessoas em atividade agrícola apresentou variação negativa, ainda que insignificante (0,5%). Nessa atividade, o maior percentual de redução foi o do contingente dos trabalhadores na produção para o próprio consumo (5,2%). A diminuição, ainda que reduzida, no número de trabalhadores por conta própria (1,1%) pode ter influenciado na também pequena retração do contingente de trabalhadores não-remunerados (1,2%), uma vez que, em sua maioria, são ocupados em pequenos empreendimentos familiares desses produtores. Em contrapartida, os crescimentos nas categorias dos empregadores (6,8%) e, principalmente, na dos empregados (3,2%), quase compensaram as perdas observadas nas demais categorias. O incremento no número de empregados foi impulsionado pelo aumento do emprego com carteira de trabalho assinada (10,9%), já que o não-registrado ficou praticamente inalterado (variação negativa de 0,1%).

A participação das pessoas em atividade agrícola na população ocupada situou-se em 19,9%, diminuindo em relação à do ano anterior e mantendo a tendência de redução deste indicador, que estava em 28,4%, em 1992. Como resultado das variações mais expressivas ocorridas de 2003 para 2004, a participação dos empregados no segmento agrícola passou de 27,6% para 28,7% e a dos trabalhadores na produção

para o próprio consumo, de 20,2% para 19,3%. Ainda que o percentual de aumento dos empregadores tenha sido o mais alto, a sua participação na população ocupada em atividade agrícola é pequena, cerca de 3%. Já as participações dos trabalhadores por conta própria e não-remunerados praticamente não se alteraram, ficando em 25,7% e 23,3%, respectivamente.

De 2003 para 2004, a proporção de pessoas com carteira de trabalho assinada no contingente de empregados em atividade agrícola subiu de 30,0% para 32,3%, alcançando o nível mais elevado desde o princípio da década de 1990. Esse indicador, que durante a década de 1980 já vinha apresentando trajetória de crescimento, estava em 24,8%, em 1992.

O pessoal ocupado em atividade não-agrícola cresceu 4,3%, de 2003 para 2004. Houve aumentos expressivos nos contingentes dos empregados (6,5%) e dos trabalhadores domésticos (4,2%), enquanto os referentes aos trabalhadores por conta própria (1,1%) e empregadores (1,2%) foram insignificantes. Nas categorias dos trabalhadores não-remunerados e na construção para o próprio uso, o sentido foi de queda.

No contingente dos empregados em atividade não-agrícola, de 2003 para 2004, houve crescimento em todas as três categorias do emprego, que foi de 6,3% na das pessoas com carteira de trabalho assinada, 4,5% no dos militares e funcionários públicos estatutários e 7,8% na dos empregados sem registro.

Na categoria dos militares e funcionários públicos estatutários (que constituía a menor parcela dos empregados), somente o número dos funcionários públicos estaduais não apresentou variação de 2003 para 2004, enquanto os demais tiveram expansão. Com o aumento ocorrido de 2003 para 2004, a parcela municipal continuou ampliando a sua participação na categoria dos militares e funcionários públicos estatutários, que subiu de 24,0% para 42,5%, de 1992 para 2004. Nesse período, o percentual da parcela estadual na categoria dos militares e funcionários públicos estatutários caiu de 53,5% para 42,1% e o da federal, de 22,5% para 15,4%.

De 2003 para 2004, todos os grupamentos de atividades não-agrícolas apresentaram variação em sentido positivo. Os grupamentos que apresentaram as taxas de crescimento mais altas foram os outros serviços coletivos, sociais e pessoais (16,6%) e o da indústria de transformação (6,8%), e o que teve o menor aumento foi o da construção (1,5%).

No grupamento da indústria de transformação, de 2003 para 2004, tanto os empregados como os empregadores apresentaram crescimento, enquanto os trabalhadores por conta própria e não-remunerados tiveram redução. Nesse grupamento, o aumento mais expressivo foi o da categoria dos empregados com carteira de trabalho assinada (11,6%), que se concentrava fortemente em empreendimentos de maior porte. O aumento na categoria dos empregados não-registrados também foi relevante (4,8%).

De 2003 para 2004, no grupamento da construção também houve aumento substancial no contingente de empregados com carteira de trabalho assinada (12,7%), sinalizando o aquecimento do segmento das grandes construtoras, em que se concentrava esta categoria. Também houve variação positiva (5,0%) na categoria dos empregados não-registrados, que tinham mais de 70% do seu contingente em

empreendimentos que ocupavam, no máximo, cinco pessoas. Por outro lado, os trabalhadores por conta própria tiveram redução de 4,6%. Como esses trabalhadores abarcavam 42,8% do pessoal ocupado na construção, a sua redução teve efeito sensível na taxa de crescimento deste segmento.

O grupamento do comércio e reparação cresceu 2,4%, de 2003 para 2004. Todas as categorias aumentaram, com exceção do contingente de trabalhadores não-remunerados, que abrangia 5,1% do pessoal ocupado nesse grupamento. A maior taxa de crescimento foi a da categoria dos empregados não-registrados (5,8%).

De 2003 para 2004, o contingente ocupado no grupamento dos serviços domésticos teve crescimento significativo (4,2%). A sua maior parcela, formada por pessoas sem carteira de trabalho assinada, apresentou elevação de 5,9%, enquanto a dos trabalhadores com carteira de trabalho assinada teve decréscimo, ainda que irrelevante (-0,2%). Esse último resultado reteve a tendência ascendente do percentual de pessoas com carteira de trabalho assinada na categoria dos trabalhadores domésticos. Em 1993 esse indicador estava em 17,2%, alcançou 27,1%, em 2003, e baixou para 25,9%, em 2004.

O aumento de 2003 para 2004 no contingente ocupado no conjunto dos demais grupamentos dos serviços atingiu 4,9%. Os empregadores e trabalhadores não-remunerados, que representavam juntos 5,3% do pessoal ocupado nesse conjunto, apresentaram variação de sentido negativo. O maior incremento foi o da categoria dos empregados não-registrados (10,8%).

Trabalho infantil

Panorama em 2004

Em 2004, no contingente de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos de idade, 11,8% eram ocupadas. O nível da ocupação foi de 1,5% no grupo etário de 5 a 9 anos, 10,1% no de 10 a 14 anos e 31,1% no de 15 a 17 anos de idade. No contingente masculino, o nível da ocupação manteve-se mais elevado que no feminino em todos os três grupos de idade. Na faixa etária de 5 a 17 anos, o nível da ocupação masculina atingiu 15,3% e o da feminina, 8,1%. Observou-se, ainda, que a concentração em atividade agrícola aumentava com a diminuição da idade, o mesmo ocorrendo com os trabalhos sem contrapartida de remuneração. A atividade agrícola detinha 75,0% do contingente ocupado de 5 a 9 anos de idade, sendo que este percentual baixou para 59,1% na faixa etária de 10 a 14 anos e atingiu 33,9% na de 15 a 17 anos. Esse último resultado ainda ficou acima da proporção referente ao contingente de 18 anos ou mais de idade (19,6%).

O envolvimento de crianças e adolescentes em atividade econômica apresentou diferenças regionais importantes. A Região Sudeste foi a que deteve menor nível da ocupação das crianças e adolescentes (7,9%), vindo em seguida a Centro-Oeste (11,1%). Essas duas regiões foram as que apresentaram as menores proporções de pessoas de 5 anos ou mais de idade em atividade agrícola no total da população ocupada.

Tabela 16 - Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por Grandes Regiões, segundo o sexo e os grupos de idade - 2004

Grupos de idade	Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 5 a 17 anos de idade (%)					
	Brasil	Grandes Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Total	11,8	13,8	14,8	7,9	14,9	11,1
5 a 9 anos	1,5	2,0	2,6	0,4	1,7	0,9
10 a 14 anos	10,1	14,0	15,2	4,4	12,5	8,3
15 a 17 anos	31,1	34,6	33,4	25,2	39,8	32,1
Homens	15,3	18,9	19,9	9,8	18,4	14,3
5 a 9 anos	2,0	2,9	3,5	0,6	2,4	1,2
10 a 14 anos	13,5	19,2	20,9	5,7	16,2	11,6
15 a 17 anos	39,5	47,5	44,6	30,8	48,7	39,3
Mulheres	8,1	8,4	9,6	5,8	11,3	7,9
5 a 9 anos	0,9	1,0	1,7	0,2	1,0	0,5
10 a 14 anos	6,5	8,7	9,3	3,2	8,8	5,0
15 a 17 anos	22,4	21,2	22,3	19,1	31,0	24,7

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

Considerando os resultados de 2004 com a mesma cobertura geográfica abrangida anteriormente pela pesquisa, verificou-se que o nível da ocupação do grupo de 5 a 17 anos de idade continuou apresentando tendência de declínio.

Em cinco anos, a participação da parcela ocupada na faixa etária de 5 a 9 anos passou de 2,4% para 1,4%, na de 10 a 14 anos, de 14,9% para 9,5%, e, na de 15 a 17 anos, de 34,5% para 30,5%. Em 1993, esses indicadores estavam, respectivamente, em 3,2%, 19,6% e 46,0%.

Constatou-se, ainda, que o diferencial entre os gêneros foi mantido.

Tabela 17 - Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por grupos de idade e sexo - Brasil - 1993/2004

Ano	Nível da ocupação na semana de referência das pessoas de 5 a 17 anos de idade (%)			
	Total	Grupos de idade		
		5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 17 anos
Total				
1993	19,0	3,2	19,6	46,0
1999	15,1	2,4	14,9	34,5
2004	11,4	1,4	9,5	30,5
Homens				
1993	24,5	4,3	25,6	57,9
1999	19,7	3,2	19,7	44,1
2004	14,7	1,8	12,6	38,6
Mulheres				
1993	13,5	2,0	13,5	33,9
1999	10,5	1,6	10,0	24,5
2004	8,0	0,8	6,2	22,1

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2004.

Nota: Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Sindicalização e cobertura previdenciária

Panorama em 2004

Em 2004, a proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho na população ocupada estava em 46,5%. Na população masculina, este indicador situou-se em 47,2% e, na feminina, em 45,6%.

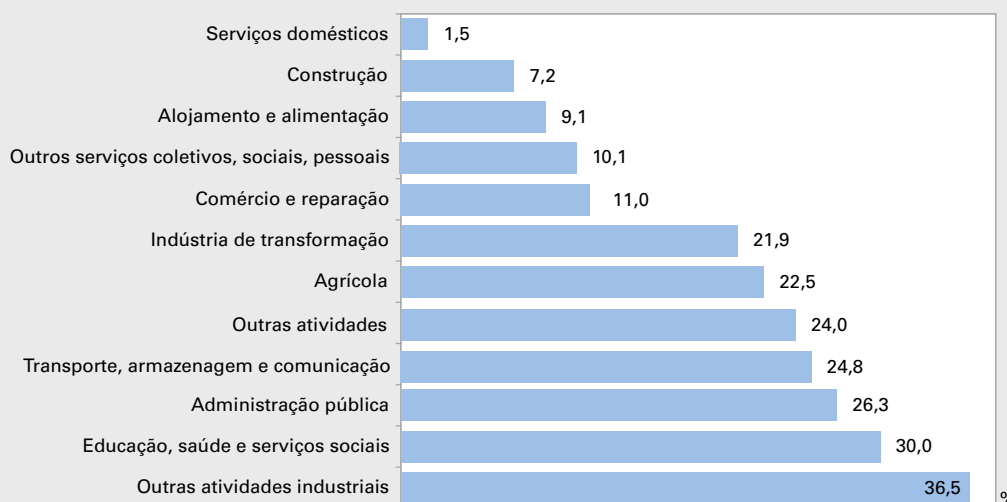
Os grupamentos de atividade do trabalho principal que apresentaram as maiores proporções de contribuintes de instituto de previdência foram os da administração pública (84,5%) e da educação, saúde e serviços sociais (83,0%), enquanto os menores percentuais foram os agrícola (11,4%), dos serviços domésticos (28,1%) e da construção (29,0%).

A Região Sudeste, que concentrava o percentual mais alto de empregados registrados, foi a que apresentou a maior proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho na população ocupada (58,3%). No outro extremo, o menor percentual foi o da Região Nordeste (28,2%).

Em 2004, na população ocupada havia 18,0% de pessoas sindicalizadas. Na parcela masculina, a sindicalização era de 18,9% e, na feminina, de 16,7%.

Esse indicador mostrou que a sindicalização foi maior no grupamento das outras atividades industriais (36,5%), vindo em seguida a da educação, saúde e serviços sociais (30,0%). No outro extremo, a proporção de pessoas sindicalizadas ficou em 1,5% no grupamento dos serviços domésticos e em 7,2%, no da construção.

Gráfico 3 - Percentual de pessoas sindicalizadas na população de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal - Brasil - 2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004.

A Região Sul deteve o maior percentual de pessoas sindicalizadas na população ocupada (22,2%). As menores proporções de sindicalizados foram as das Regiões Norte (13,2%) e Centro-Oeste (14,5%).

Evolução temporal

(indicadores de 2004 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

Considerando os resultados de 2004 referentes à cobertura geográfica abrangida pela PNAD até o ano anterior, verificou-se que o número de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho cresceu 5,3%, de 2003 para 2004. O incremento no emprego registrado, que concentra a maioria dos contribuintes de instituto de previdência, contribuiu efetivamente para essa elevação, que superou todas as ocorridas desde o início da década de 1990. A proporção de contribuintes de instituto de previdência em qualquer trabalho na população ocupada passou de 46,4% para 47,3%, de 2003 para 2004, e superou todas as ocorridas desde 1992. O mínimo deste indicador foi de 43,1%, em 1993.

O número de pessoas ocupadas sindicalizadas ascendeu em 5,1%, de 2003 para 2004, passando o nível da sindicalização na população ocupada de 17,7% para 18,0%, que foi o resultado mais alto deste indicador desde 1992. Nesse período, o mínimo do percentual de pessoas sindicalizadas na população ocupada ocorreu em 1998 (15,9%).

Situação dos rendimentos

Panorama em 2004

Em 2004, o rendimento médio mensal de trabalho das pessoas ocupadas com rendimento de trabalho ficou em R\$ 730,00 no País. Esse rendimento na Região Norte foi o segundo mais baixo, situando-se substancialmente afastado tanto do menor, que foi o da Região Nordeste, como dos referentes às demais regiões. Em relação ao rendimento médio mensal de trabalho da Região Sudeste, que foi o maior, o da Nordeste representou 53,1%, o da Norte, 70,9%, o da Sul, 97,3% e o da Centro-Oeste, 99,4%.

As distintas formas de inserção das populações feminina e masculina no mercado de trabalho, em termos de ocupação, atividade, posição na ocupação, categoria do emprego, horas trabalhadas, etc.) influenciam nitidamente o nível dos rendimentos destes dois contingentes.

Os rendimentos médios mensais de trabalho dos dois gêneros apresentaram sensível distanciamento. Esse rendimento das mulheres representava 69,5% do auferido pelos homens. A defasagem entre os rendimentos dos homens e mulheres foi diferenciada por posição na ocupação. Na dos empregados, o rendimento médio mensal do trabalho das mulheres representava 89,2% do auferido pelos homens, na dos empregadores, 72,5%, na dos trabalhadores domésticos, 70,9% e na dos trabalhadores por conta própria, 65,1%.

No total de pessoas ocupadas, 27,6% ganhavam até 1 salário mínimo de rendimento de trabalho. No Nordeste, esse indicador alcançou 46,0%, superando os das demais regiões. O segundo maior percentual foi o da Região Norte (30,9%), que ainda ficou distanciado dos referentes aos das demais. Na Região Sul, a parcela que auferia até 1 salário mínimo de rendimento de trabalho foi a menor (17,9%), vindo em seguida a da Sudeste (20,1%) e, depois, a da Centro-Oeste (23,1%). As pessoas que auferiam

mais de 20 salários mínimos abrangiam 0,9% da população ocupada no País. Esse indicador variou de 0,4% na Região Nordeste a 1,6% na Centro-Oeste.

No País, do total dos rendimentos de trabalho, os 10% dos ocupados com as maiores remunerações detiveram 44,6%, enquanto os 10% dos ocupados com os menores rendimentos ficaram com 1,0%.

O índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho situou-se em 0,547. Esse indicador mostrou que o grau de concentração desses rendimentos foi mais elevado nas Regiões Nordeste (0,569) e Centro-Oeste (0,556). Nas demais, esse índice ficou em 0,511 na Região Norte, 0,515 na Sul e 0,523 na Sudeste.

O rendimento médio mensal dos domicílios com rendimento foi de R\$ 1 383,00. O maior valor desse rendimento foi o da Região Sudeste e os menores, que foram os da Nordeste e da Norte, ficaram bastante afastados. Os rendimentos médios domiciliares dessas duas regiões representavam, respectivamente, 53,7% e 67,0% do referente à Região Sudeste.

Em termos do rendimento mensal domiciliar, que agrega as remunerações de todas as fontes de moradores na residência, a proporção de moradias com rendimento de até 1 salário mínimo ficou em 11,5% e a dos que estavam na faixa de mais de 20 salários mínimos, em 3,7%. Os maiores percentuais nessa última faixa foram os das Regiões Centro-Oeste (5,1%) e Sudeste (4,6%). Já na faixa com rendimento de até 1 salário mínimo, os mais baixos foram os das Regiões Sudeste (6,9%) e Sul (6,7%), bastante distanciados do mais elevado, referente à Região Nordeste (23,1%).

O índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar foi de 0,535. Nas regiões, esse índice foi de 0,498 na Sul, 0,505 na Norte, 0,512 na Sudeste, 0,546 na Nordeste e 0,553 na Centro-Oeste.

Evolução temporal

(indicadores de 2004 harmonizados com a cobertura geográfica existente até 2003)

A seguir, apresentam-se alguns indicativos de fatores que se refletiram na evolução dos rendimentos no período de 1993 a 2004.

Em 1993, a recuperação do processo recessivo iniciado em 1990, embora acompanhada de recrudescimento da inflação, e uma política salarial mais favorável propiciaram a elevação das remunerações. Esse impulso positivo se fez sentir com maior intensidade nas faixas de remuneração mais altas, revertendo o sentido descendente da concentração dos rendimentos.

O Plano Real, instituído em julho de 1994, provocou, de imediato, queda brusca da inflação, propiciou a aceleração do crescimento econômico e a alta dos rendimentos. A indexação ainda mantida neste Plano, que só foi totalmente eliminada em junho de 1995, de certa forma protegeu as categorias de remunerações mais baixas. Os ganhos decorrentes deste período favorável de estabilidade alcançaram a base da distribuição dos rendimentos em 1995, ocasionando retração no grau de concentração das remunerações. Em 1996, passada esta primeira fase do Plano Real, os ganhos reais nos rendimentos ajustaram-se a patamares menores em função da nova realidade de estabilidade da economia e, de uma maneira geral, cresceram de forma inversa ao valor dos rendimentos, reduzindo o grau de concentração das remunerações.

As duas crises, decorrentes de perturbações na ordem econômica internacional, ocorridas nos dois anos seguintes determinaram ajustes na política econômica do País. A primeira crise ocorreu após o período retratado pela pesquisa de 1997, enquanto a segunda foi deflagrada pouco antes da pesquisa de 1998, não sendo captado plenamente o agravamento que causou, uma vez que há uma defasagem entre a ocorrência de impacto na economia e as suas conseqüências no mercado de trabalho e nos rendimentos. As remunerações tiveram reduções pouco expressivas, tanto em 1997 como em 1998, e o grau de concentração dos rendimentos, estabilizado em 1997, diminuiu em 1998, em função dos ganhos na metade inferior da distribuição dos rendimentos e pequenas perdas na outra metade, já começando a indicar o impacto recessivo. Os rendimentos atrelados ao salário mínimo, que teve ganho real, foram um dos fatores que ajudaram a sustentar o aumento na metade inferior da distribuição das remunerações.

Em 1999, começaram a surgir indícios de recuperação na economia, mas houve aumento da inflação que vinha em ritmo de declínio desde a implantação do Plano Real, causando pequena perda real no valor do salário mínimo. Além deste fato, as conseqüências do período recessivo causaram perdas reais nos rendimentos. Em 1999, os rendimentos tiveram substancial redução, que atingiu com intensidade um pouco maior as remunerações mais altas. A participação no total das remunerações retirada do segmento do topo distribuiu-se entre os demais, reduzindo o grau de concentração dos rendimentos.

Em 2000, firmou-se o processo de recuperação que foi revertido em 2001, ano em que o racionamento de energia e o crescimento das taxas de juros contribuíram para a desaceleração da economia e a inflação continuou em elevação. Estes fatores causaram, em 2001, perda real, ainda que relativamente pequena nos rendimentos, mantendo a tendência de queda iniciada em 1997. Em valores reais, o salário mínimo de 2001 superou em 15,3% o de 1999, o que contribuiu decisivamente para o pequeno ganho real observado na metade inferior da distribuição das remunerações, pois a faixa que mais concentrava este rendimento apresentou elevada alta. Na metade superior da distribuição dos rendimentos, o sentido foi de redução, que no todo foi pequena, em função da última faixa ter apresentado redução irrelevante, o que implicou em estabilidade no nível da concentração dos rendimentos.

Em 2002, os ajustes feitos em função da crise energética ocorrida no ano anterior ainda se refletiram na economia e a recuperação que começava a se delinear foi afetada pela turbulência na ordem econômica interna desencadeada no período eleitoral. Como conseqüência, a perda real nas remunerações foi mais evidente que a constatada no ano anterior, sinalizando a continuação da tendência de queda. Ainda que pequeno, o ganho real que o salário mínimo de 2002 apresentou em relação ao do ano anterior ajudou a atenuar as perdas nos segmentos que continham este rendimento. Na distribuição dos rendimentos, a perda na sua metade superior foi um pouco maior que na inferior, o que fez com que a concentração das remunerações de trabalho apresentasse pequena redução.

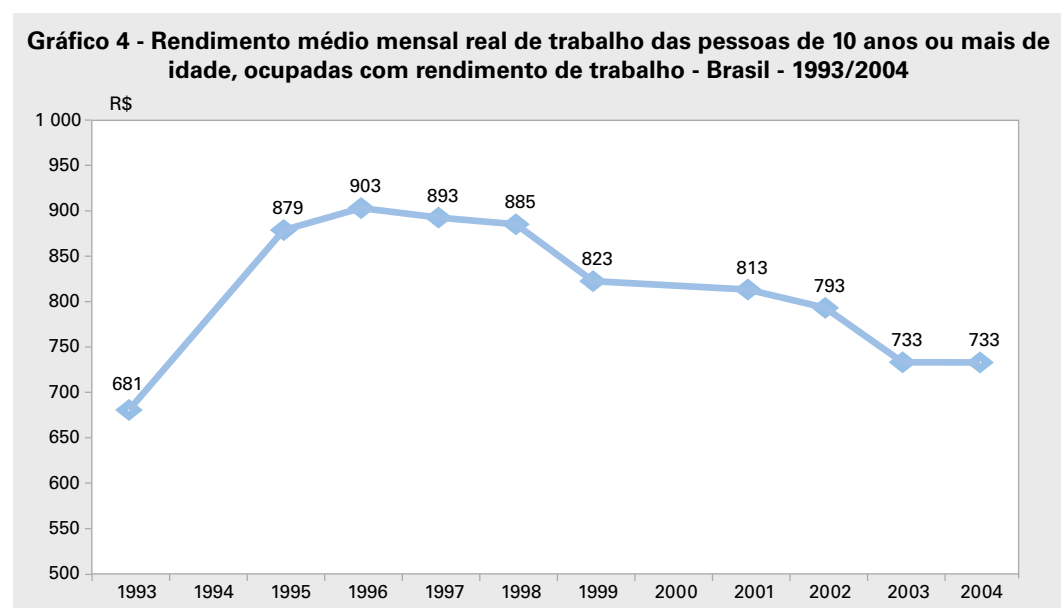
Os ajustes na política econômica, iniciados ao final de 2002, definindo a elevação das taxas de juros, contribuíram para a desaceleração na economia em 2003, que foi acompanhada pelo crescimento da inflação. Em decorrência, intensificou-se a perda real nos rendimentos em 2003, mantendo a tendência declinante iniciada em 1997. Na distribuição dos rendimentos de trabalho, somente um segmento, o terceiro menor, não apresentou perda real. O ganho real de 2,1% que o salário mínimo teve

em relação ao do ano anterior sustentou a variação positiva, ainda que pequena, no segmento em que mais se concentrava, e contribuiu para reduzir a perda no seguinte, que ainda detinha parte desse rendimento. Na primeira metade da distribuição, as perdas foram menores que na segunda, o que resultou em redução na concentração dos rendimentos de trabalho. Esse mesmo comportamento foi verificado para o rendimento de todas as fontes.

A política de redução das taxas de juros, que começou a ser aplicada no terceiro trimestre de 2003, contribuiu para impulsionar a atividade econômica em 2004, constatando-se, ainda, retração no nível da inflação. Considerando os resultados de 2004 referentes à mesma cobertura geográfica abrangida pela pesquisa até o ano anterior, o efeito nas remunerações foi de estabilidade em relação às do ano anterior, sustando a trajetória descendente iniciada em 1997. Na distribuição das remunerações de trabalho, o último segmento, que detinha os rendimentos mais altos, apresentou perda real e o imediatamente anterior não variou, enquanto os ganhos reais mais expressivos ocorreram nos segmentos da metade inferior dessa distribuição. Embora o salário mínimo tenha apresentado ganho real de 2,2%, não foi o fator que mais influenciou na elevação na metade inferior da distribuição, uma vez que os maiores aumentos não ocorreram nos dois segmentos em que se encontrava o salário mínimo. O primeiro e o quinto segmentos dessa metade inferior da distribuição foram os que apresentaram os ganhos mais expressivos. Em decorrência dessas variações na distribuição, houve retração na concentração das remunerações de trabalho. Esse mesmo comportamento ocorreu para o rendimento de todas as fontes e para o domiciliar.

De 2003 para 2004, os 50% dos ocupados com as menores remunerações de trabalho tiveram ganho real de 3,2%, enquanto os 50% com os maiores rendimentos apresentaram perda real, ainda que insignificante, de 0,6%.

A remuneração média real das pessoas com rendimento de trabalho não variou de 2003 para 2004. Com esse resultado, foi mantida a perda real de 18,8% em relação a esse rendimento de 1996, ano em que alcançou seu ponto máximo desde o início da década de 1990.



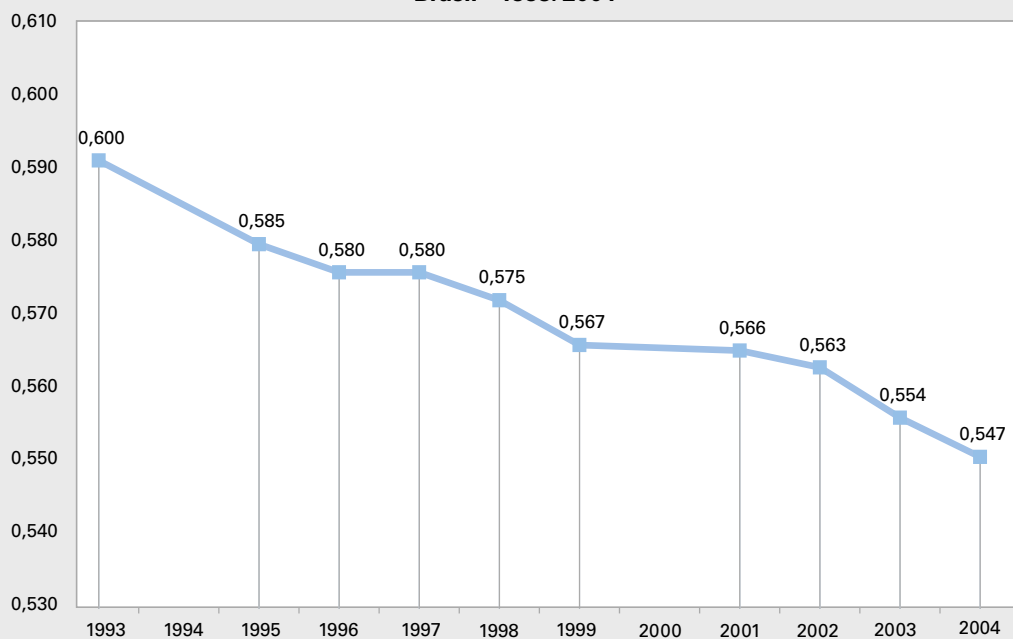
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2004.

NOTAS - 1. Excluído o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
2. Valores inflacionados pelo INPC com base em setembro de 2004.
3. Valores de 1994 e 2000 obtidos por interpolação linear

Do total das remunerações de trabalho, os 10% dos ocupados com os maiores rendimentos detiveram 49,0%, em 1993, e 44,6%, em 2004, enquanto os 10% dos ocupados com os menores rendimentos ficaram com 0,7%, em 1993, e 1,0%, em 2004.

No período de 1993 a 2004, o índice de Gini da distribuição dos rendimentos de trabalho apresentou tendência de declínio. Este indicador estava em 0,600, em 1993, e atingiu 0,567, em 1999, e passou para 0,547, em 2004, o mais baixo resultado desde 1981.

Gráfico 5 - Índice de Gini da distribuição do rendimento médio mensal real de trabalho das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas com rendimento de trabalho Brasil - 1993/2004



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1993/2004.

NOTAS: 1 - Excluído o rendimento das pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.
2 - Valores de 1994 e de 2000 obtidos por interpolação linear.

De 2003 para 2004, as oscilações nas remunerações reais das categorias de posição na ocupação foram insignificantes, variando de -1,2% a +0,9%.

Em 1993, o rendimento médio das mulheres com remuneração de trabalho representava 59,0% do recebido pelos homens, alcançou 69,1%, em 1999, e ficou em 69,3%, em 2004. No período de 1999 a 2004, esse indicador manteve-se no mesmo patamar, oscilando de 69,1% a 70,3%.

De 1993 para 2003, o rendimento médio mensal dos domicílios com rendimento apresentou crescimento que não foi expressivo (1,9%).